

Virtudes Indispensáveis

OS resultados efetivos das atividades do Congresso Nacional não passam, hoje, de uns poucos frutos mirrados. Se dependesse deles para alimentar-se, a vida política brasileira morreria de inanição. Paradoxalmente, no entanto, os números referentes às matérias que por ele tramitam dão idéia de um esforço febril. As estatísticas da presente legislatura apontam para uma verdadeira montanha de projetos de lei e de propostas de emendas constitucionais. São quase 8 mil 500 na Câmara, mais de 2 mil no Senado.

Faça-se passar toda essa papelada pela moenda e sobrará pouco mais do que bagaço. Salvo os contados casos de sempre, a torrente de proposições represada à porta do plenário não expressa um trabalho legislativo de consistência, embora implique uma considerável movimentação burocrática e signifique para o contribuinte um injustificável dispêndio de dinheiro. A futilidade e o circunstancial são as características da maioria dos projetos apresentados por deputados e senadores.

Sofre o Congresso de dois males que, agravados na presente legislatura, fizeram dele um organismo de escassa utilidade. O primeiro é a qualidade da representação. O Senado e a Câmara são hoje, majoritariamente, aglomerados de políticos de pouca vocação e menor espírito público. O segundo é a sua prisão a um modelo obsoleto de funcionamento, graças ao qual já não é nem um poder com iniciativa própria nem um competente fiscalizador do Executivo.

A desatualização do Congresso esconde-se por trás de uma fisionomia moderna, composta de arquitetura futurista e parafernália tecnológica capaz de impressionar os desavisados. Não são, porém, instalações suntuosas nem painéis eletrônicos de votação que dimensionam a atualidade e a eficácia de uma instituição parlamentar. A sua efetividade depende antes de tudo da consciência do papel que lhe é atribuído; e consequentemente do modo como desempenha as suas atribuições.

Não pode um poder com a responsabilidade do Congresso dar-se ao luxo de ser um escoadouro de exibicionismos mesquinhos e instrumento de promoção de interesses pessoais. Das manifestações na tribuna às tomadas de decisão em plenário, deveria haver uma clara reserva de tempo e espaço que privilegiasse as questões nacionais. Para corrigir o mal de origem, o da representatividade, convoca-se o eleitor. Para impedir que o segundo se torne crônico, faz falta um mecanismo de filtro da banalidade.

Do Congresso que aí está, em melancólico crepúsculo, nada se pode esperar em termos de auto-renovação. Do próximo, sim. Eleito como Assembleia Constituinte, terá motivação e delegação plena para dimensionar corretamente as próprias atribuições. E, em função dos seus deveres, criar normas regimentais que façam dele, na prática, um poder seletivo, ágil, funcional e respeitável. Desses virtudes parlamentares dependerá em boa escala o futuro da democracia brasileira.